

CENÁRIO POLÍTICO CATARINENSE¹

Aida Rotava Paim²

Com o final da ditadura militar no Brasil, as forças políticas se pluralizam e passam a organizarem-se nos partidos políticos, sindicatos e associações. Este movimento da sociedade foi chamado de redemocratização que teve os governadores eleitos já em 1982.

A reforma da lei orgânica dos partidos de dezembro de 1979 que tinha o claro objetivo de dividir a frente oposicionista que desde 1965 se abrigava no MDB, ocasiona uma reorganização dos partidos políticos de acordo com ideais de antigas forças. Os aliados do regime militar criaram o Partido Democrático Social mantendo-se coesos. A oposição se dividiu em:

Partido Popular – PP, formado por conservadores, a chamada “oposição confiável”³, liderado por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, “congregando os liberais de centro-direita e pretendendo cometer francas investidas na centro-esquerda social-democrata”⁴;

Partido dos Trabalhadores – PT, formado pelo trabalhismo moderno e setores que defendiam o confronto com os militares;

Partido Democrático Trabalhista - PDT e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, formados por antigos trabalhistas, lideranças locais ou carismáticas como Leonel Brizola e Ivete Vargas;

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB que vindo do MDB, mantém o caráter de frente oposicionista, alinhando-se com liberais, comunistas e socialistas no propósito de derrotar o regime militar. Sua liderança era composta por Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Paulo Brossard.

A democratização vinha se dando de forma controlada, pois a desarticulação do MDB para a recomposição das forças de esquerda, possibilitou a novos encaminhamentos políticos, identificando os diferentes grupos e melhor domínio.

Em 1982 o PMDB elegeu governadores em São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará e Acre. O PDT elegeu no Rio de Janeiro.

Em 1985 as forças políticas polarizadas estavam compostas pelo grupo de apoio “a uma candidatura de oposição ao governo militar” e a outra do “candidato civil da continuidade do regime”⁵, o qual o PMDB aliou-se, para formar a Aliança Democrática.

Os compromissos da Aliança Democrática, pacto político que visava à conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o governo estavam expressos em 22 pontos, sendo que no tocante a política educacional trata de:

- Educação Fundamental para todos. Fortalecimento das Universidades e efetivação de sua autonomia. Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;
- Defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Adoção de um Plano Nacional de Cultura.
- Combate a qualquer espécie de discriminação e preconceito quanto à religião, sexo e raça. Proteção aos direitos das minorias.⁶

Os demais pontos tratavam de democratização (eleições em diferentes instâncias, reformas políticas sociais e econômicas) visando a reordenação da sociedade para as políticas liberais de desenvolvimento com o Estado em parceria com a iniciativa privada. Sendo este o projeto de sociedade exposto no momento pelas forças que estavam disputando o poder.

Em janeiro de 1985 é eleito Tancredo Neves do PP, para a presidência da República e para vice José Sarney do PMDB, que veio a assumir o governo devido à morte de Tancredo em 21 de abril de 1985. José Sarney do PMDB, que já havia sido presidente do PDS, que virou PFL e que também foi PP (oposição confiável), ou seja o presidente que assume é de confiança do grupo que governava durante o regime militar ou também chamado de regime burocrático autoritário.

Deste governo o povo esperava grandes reformas, maior liberdade de expressão e diminuição da inflação, mas o que foi um período de “ingovernabilidade” marcado por muitas negociações e trocas de ministro como diz Cunha,⁷:

Diante de um Presidente que assumiu o poder sem respaldo popular, e que adquiriu popularidade de forma passageira durante a euforia do Plano Cruzado, para perdê-la tão rapidamente quanto a havia ganho; diante das disputas entre os partidos integrantes da Aliança Democrática, em busca de maiores trunfos na partilha dos ministérios e dos cargos federais nos estados e nos municípios, evocou-se o conceito de ingovernabilidade para designar o difícil processo porque passava o país.

Esta situação resultou no rompimento da Aliança Democrática, aparentemente porém os partidos que integravam o governo permaneceram nos cargos. Este rompimento indica uma estratégia política para contornar a situação e fazer surgir as forças conservadoras que estavam envolvidas no grupo, porém atentas. Com a idéia de “novo” trazem o personagem que concorre à eleição livre e democrática que se elege apoiado pelas forças que apoiaram a ditadura.

A Frente Ampla, o movimento interpartidário pelas eleições diretas para governador dos estados e Presidente da República e a Aliança Democrática frente o regime, revelou-se eficiente para o período, porém a situação de ingovernabilidade leva a uma emergente retomada das organizações políticas de direita elegendo Fernando Collor de Mello, em 1989, com as promessas de restauração da moralidade dos negócios públicos – com perspectivas neoliberais (estado mínimo e liberação dos mecanismos de mercado).

O Cenário Político Catarinense

Santa Catarina tem sua história marcada pelo alinhamento de duas correntes de poder que se organizam entre conservadores e populistas reformistas, tendo sempre outras forças com movimentos paralelos.

Com a ditadura militar e o bipartidarismo instalado no país a Aliança renovadora Nacional – ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro, sem eleições diretas a vida partidária precisa se reorganizar em todas as instâncias do poder.

No estado de SC a oligarquia Konder/Bornhausem compôs a ARENA e os demais partidos se agruparam em torno do MDB que a partir dos anos 70 começa a contestar a hegemonia da oligarquia, quando se estruturou uma oposição organizada, o que no contexto nacional ficou conhecido como o renascimento da sociedade civil.

O fato ocorrido no dia 30 de novembro de 1979 quando o Senhor Presidente da República João Batista Figueiredo envolver-se em uma briga de rua, confrontando-se com uma manifestação de insatisfação popular na cidade de Florianópolis contra os gastos que o governador do Estado Jorge Konder Bornhausem estava fazendo para recepcionar o presidente veio demonstrar que a população não estava satisfeita com as políticas vigentes e que buscava alguma transformação. Este fato conforme Daros (1999)⁸ e Srouf (1982), não repercutiu na imprensa como uma manifestação política e sim como “um episódio isolado, algo desgarrado no tempo, algo cuja memória se perderá, já que representa tão somente o fato de uma minoria de baderneiros estudantis”.⁹ O que consta é que marca o envolvimento da sociedade catarinense na luta pela sociedade democrática para os catarinenses e para o país.

Com este quadro a ARENA, depois PDS (Partido Democrático Social), tem dificuldade de se manter com seus próprios quadros de sobrenome tradicionais para a procura de nomes externos para a disputa de eleições diretas para governador em 1982. “Surge neste contexto o jovem político Esperidião Amin, que havia exercido o cargo de prefeito biônico de Florianópolis e Secretário de obras do estado”¹⁰, período em que

preparou a própria campanha, pois vinha em cargos de confiança do regime burocrático-autoritário por cerca de 10 anos. Tinha o perfil de um político populista e personalista de projeção individual, foi eleito governador com 50% dos votos contra 49,2% do candidato do PMDB.

A diferença de votos foi mínima, houve acusação de compra de votos. O resultado das urnas exige do novo governo uma postura que envolva a outra metade da população que não votou nele.

A campanha eleitoral postulava a democracia com novas formas de participação.

O documento de campanha denominava-se “Carta aos Catarinenses” que “expressava-se ideologicamente no tripé: Inovar e renovar e na Opção pelos pequenos, além de apontar para formas generalizadas de participação”¹¹. Sua eleição preservou o poder da oligarquia Konder/Bornhausen até o rompimento.

As características de líder populista do governador de tomar decisões autônomas diante dos “padrinhos” provocou “A divisão do partido de sustentação ao regime militar (PDS) e a formação do PFL foi o momento da cisão definitiva, enquanto partido político, e da consolidação de duas correntes no campo da “direita” catarinense: de um lado os “Konder/Bornhausen” que fundaram o PFL no estado e de outro, o PDS (depois PPR, PPB e agora PP) representado pela liderança de Amin”¹². Esta cisão projeta Esperidião Amin no cenário nacional, pois o partido ao qual se vincula (PDS) na faz parte da reorganização da direita e a criação dos dois novos partidos.

Esta cisão resultou em não ter um candidato forte par as eleições de 1986 para concorrer com o PMDB o qual estava fortalecido com o sucesso do Plano Cruzado.

Concorreram às eleições em 1986 Pedro Ivo Figueiredo de Campos pelo PMDB; Pedro Vilson Kleinubing pelo PFL coligado com PDC –PTB; Amílcar Gazaniga pelo PDS; Raul Guenther pelo PT e Acácio Bernardes pelo PDT. Foi eleito o candidato do PMDB com

49,3% dos votos. O candidato do PFL atingiu 30,7% dos votos; o do PDS atingiu 16,6%, o do PT fez 2,8% e do PDT 0,7%.¹³

A análise que Julian Borba faz da eleição de Pedro Ivo Campos para o Governo do Estado em 1986, pelo partido pelo PMDB acompanhando o padrão nacional “observa-se que essa vitória se concretizou (...) em grande parte, pela divisão do bloco governista. Somando-se os votos dos candidatos do PFL e do PDS chega-se a um percentual de 47,3%, somente dois pontos a menos que o candidato vitorioso; o que leva a crer no fato de que se caso PFL e PDS não tivessem se dividido os resultados eleitorais poderiam ser diferentes...”¹⁴

A professora Maria das Dores Daros (1999) faz uma exposição de motivos fundamentado nas diferentes mobilizações em torno da discussão das novas legendas partidárias; no crescimento econômico de toda região sul do país; a modernização agrária; a participação da burguesia agrária enquanto classe nas diversas organizações políticas; a igreja Católica progressista defendendo as minorias o empobrecimento dos trabalhadores rurais, provocando a organização dos movimentos sociais diz:

“Diante deste quadro de organização tanto do empresariado como dos trabalhadores catarinenses, as eleições para governador de 1982 deram-se num quadro de correlações de forças até então desconhecido no Estado e apontavam a possibilidade de ruptura do sistema político catarinense, com o PMDB apresentando chances reais de enfrentar a candidatura situacionista representada por Esperidião Amin”¹⁵

Diante disto é possível inferir que a correlação de forças políticas das diferentes classes sociais e organizações continuaram a crescer e que a vitória do PMDB nas urnas em 1986 fosse a realização dos anseios construídos naquele momento histórico.

A literatura apresenta interpretações do movimento dos partidos políticos de forma diferenciada, porém uma não exclui a outra.

É importante ressaltar que no período deste governo desenvolveu-se um movimento chamado democratização, que atingiu as diferentes Secretarias de Estado, inclusive a da Educação. Dá-se início o processo de Democratização da Educação, desencadeando discussões em todas as escolas, dando voz aos pais, alunos e aos professores para elaboração do Plano Estadual de Educação.

A eleição de 1986, trás para o cenário catarinense o governo do PMDB, primeiro governo de oposição. Com o lema “Vamos Governar Juntos” desenvolveu seu compromisso de governo pautado no “**Planejamento Participativo**” inicia a convocação dos catarinenses a responsabilidade e ao direito de governarem o seu Estado. Não é um dado, mas um processo. E, como todo processo, é dinâmico por definição, dependendo a vitalidade desta dinâmica da **participação permanente de todos**”. (Documento de campanha set/1986; grifos do documento)¹⁶.

Este governo foi marcado pela participação da sociedade catarinense tanto motivado pelo governo que promoveu formas de participação para construção dos documentos de política pública, bem como de mobilizações e greves reivindicando direito de cidadania e buscando a sociedade democrática. Portanto a democratização e a participação foram os motes dos dois governos estaduais de Santa Catarina eleitos pelo voto direto após a ditadura militar.

Neste contexto, centro minha pesquisa na construção do documento Proposta curricular de Santa Catarina no período de 1988 a 1991, neste processo de democratização e participação da sociedade catarinense, especificamente na educação.

Buscarei perceber os movimentos de permanência e mudanças no currículo quanto a estratégia de governo de reorganização curricular que resulta em uma proposta curricular solicitada pela população no governo anterior e concretizada no seguinte.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - Brasil

² Doutoranda UNICAMP

³ CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminenses. 1991, p.24.

⁴ SROUR, Robert Henry. A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis. São Paulo: Econômica Ed. 1982, p.72

⁵ CUNHA, Op.cit, p. 25.

⁶ Idem p. 26.

⁷ Ibidem, p.29.

⁸ DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação: a luta dos professores pela democracia da educação**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação. Núcleo de Publicações, 1999;164p.

⁹ SROUR, Op.cit, p. 8.

¹⁰ BORBA, Julian. Eleições em Santa Catarina: história e perspectivas. In: HASS, Mônica (org). **Partidos, eleições e voto; comportamento político eleitoral de Santa Catarina** Chapecó: Argos, 2003. p. 61-80.p.63

¹¹ FONTANA, Remy. Governo Amin- Um voto de desconfiança – A “opção pelos pequenos” como meio de realizar a política dos grandes (Um estudo sobre a nova direita em SC), In: **Educação e Sociedade**, Campinas. Ano V, n. 15, ago/1983. p. 32-60.p. 41.

¹² BORBA, Op.cit, p. 64.

¹³ Fonte: Nicolau, J **Dados eleitorais do Brasil (1982-96)**. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1998 referenciado por Julian Borba in Hass 2003: 80.

¹⁴ BORBA, Op. cit, p. 65.

¹⁵ DAROS, Op. cit, p. 38.

¹⁶ Informações retiradas do site Engenharia Pedro Ivo/ Histórico, cujas origens são os folhetos de campanha.